

PATHOS, O ASSUJEITAMENTO QUANDO FALTA A LEI¹

RESUMO

As autoras se propõem a trabalhar, neste texto, um enfoque contemporâneo da violência psíquica cotidiana e sua relação com o que pode ser nomeado apoderamento. Buscam atualizar a noção de *Pathos* fazendo esmaecer a concepção que a constituiu como dominante no discurso científico do século XIX, vinculando sua origem como vernáculo grego, portanto com o que é da ordem do assujeitamento. Discutem a ruptura do modelo moral de cultura, a partir do legado de Freud sobre a histeria, propondo o modelo ético para o sujeito da psicanálise. Opera para tal com a clínica da atualidade. Violência, sexualidade e poder assumem nova versão, pelo rompimento do pacto efetivado através da experiência da castração, metáfora da alteridade e do reconhecimento do limite que a lei impõe.

Palavras-chave: psicanálise, contemporaneidade, assujeitamento, violência, lei.

ABSTRACT

The authors present in this text a contemporary approach of the everyday psychic violence and its relationship with what can be named seizure. They seek to

¹ Bárbara de Souza Conte. Psicóloga, psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madrid, Espanha. Membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: barbara.conte@globo.com

Denise Costa Hausen. Psicóloga, psicanalista, professora da Faculdade de Psicologia da PUCRS. Doutora em Psicologia pela PUCRS. Membro pleno do CEP de PA e fundadora do Espaço Analítico, clínica de psicanálise. E-mail: deniseh@pucrs.br

update the notion of Pathos by dimming the conception that constituted it as dominant in the 19th century scientific speech, binding its origin as a Greek vernacular, thus with what is from the subdue order. They discuss the rupture of the moral model of culture, from Freud's legacy about the hysteria, proposing an ethical model for the psychoanalysis subject. For such, they operate with current clinics. Violence, sexuality and power assume a new version, by the disruption of the pact made effective through the experience of castration, metaphor of the alterity and of the acknowledgement that the law imposes.

Key-words: psychoanalysis, contemporaneity, subdue, violence, law.

PATHOS, O ASSUJEITAMENTO QUANDO FALTA A LEI¹

"O tempo mede-se pela afecção, pelo modo singular como a coisa nos toca no seu eclipse"
(MOURÃO, 2004).

Cultura, dispositivo de mudança?

Após longa trajetória, ocupado com as ciências da natureza, com a medicina e com as técnicas da psicoterapia, Freud fez o que chamou de um desenvolvimento regressivo, retornando seu olhar para uma temática que o fascinara no passado: os problemas culturais. Indagou-se sobre as relações entre as restrições do processo civilizatório e as exigências pulsionais, oposição que considerava o grande conflito do ser humano. Junto com a sensibilidade clínica, manteve-se atento às questões sociais e, principalmente, deixou-se sensibilizar por elas de forma a que marcassem seus textos. Textos que também marcaram um tempo e o transformaram.

Ao escrever “O Mal-Estar na Civilização” (FREUD, 1930/1976), retomou comentários que uma vez dirigira a Fliess, amigo e escuta privilegiada dos inícios, em relação às suas produções teóricas. Em maio de 1896, em “Rascunho N” (FREUD, 1896/1976), havia afirmado o incesto como *anti-social*, como foco principal a ser renunciado quando do ingresso do sujeito no processo civilizatório.

Introduziu, logo após, a noção de barreira ou do recalçamento enfatizando sempre o sentido inverso entre o livre desenvolvimento da sexualidade e a civilização (FREUD, 1905/1976). O antagonismo implícito em sua teoria das neuroses, entre pulsão e ditames civilizatórios, ressalta a importância que dá ao impacto do período de latência sobre o desenvolvimento da sexualidade humana.

Nas digressões que Freud realiza e nos trabalhos escritos, estabelece uma relação entre o psicodinamismo do indivíduo e os fatos da história, as interações entre a natureza humana, o desenvolvimento cultural e os precipitados das experiências. Marca de forma radical o que é da natureza como oposição ao que é da cultura, edificada sobre a renúncia pulsional, imposição já proposta em sua teoria das neuroses. Fala do edípico como a introdução do sujeito no campo da lei. Em seu texto “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte”, no capítulo “Desilusão da Guerra” (FREUD, 1915/1976), teoriza sobre a marca inaugural no psiquismo humano do que é da cultura, inscrição efetivada no curso da vida, e da variabilidade da relação entre o que é da civilização e o que é da autoconservação, parte tomada como sendo inalterada.

Importante quebra paradigmática traz para o foco da psicanálise o mutável, fluido, a questão da sexualidade enquanto reflexo de uma história em permanente vir a ser, a história de um sofrimento que é psíquico e, portanto, construído e não natural.

A cultura é uma criação do homem, postula Freud tomando como referência o Tabu do Parricídio e o Tabu do Incesto. Dessa forma, propõe que é necessário haver censores para a obtenção do prazer do homem civilizado, que sejam estabelecidos controles sobre os desejos considerados perigosos. A cultura é, então, para ele, a expressão de tudo o que a vida humana empreende e eleva acima de sua própria condição humana individual. Assim, pode-se discutir a idéia de uma divisão pulsional *versus* processo civilizatório. Os objetos que constituem a vida psíquica nos são oferecidos pela cultura; o que satisfaz a pulsão libidinal só existe na e pela cultura. Não é possível se pensar em uma noção dicotômica em que pulsões e sexualidade estejam de um lado e cultura e sociedade de outro (MEZAN, 2002).

Em seu texto “A Dinâmica da Transferência”, Freud (1912/1976) tematiza acerca da constituição do psiquismo como uma soma do que é inato

associado ao que denomina as vivências infantis, vivências estas oferecidas pelo externo como experiências e marcas em uma subjetividade, ressaltando a possibilidade constante de mudança desse aparelho psíquico à luz do encontro com novos objetos. Privilegia o que decorre da relação da pessoa e mais especificamente da criança pequena com os atravessamentos e cruzamentos que se abrem na sua história de relações, dizendo não ser do campo da psicanálise o que se refere ao constitucional. Fala de uma agregação do que é do externo e do que é do interno, marcando uma subjetividade. Dessa forma, assinala o psiquismo em seu caráter de sistema aberto. A centralidade não está na cultura, está nesta relação (HAUSEN, 2005).

O recalque faz-se pelo proibido que, no interjogo do interno *versus* externo, efetiva o movimento de dentro e fora. Aquilo que é de fora passa a constituir o aparelho psíquico, através das vivências infantis, em um pressuposto do comportamento e, portanto, a marcar a cultura que o marca. Assim, pensamos a cultura tanto como inerente à própria constituição psíquica, quanto como sendo, ao mesmo tempo, constituída por ela, por subjetividades. Dessa forma, a cultura não é pólo, nem tampouco qualidade: está dentro, não se constitui como ponta de uma polarização. Assim, a produção psíquica se vê recoberta pela produção de subjetividade. O outro, no entanto, pode ser semelhante ou inimigo. Freud assinala que:

na vida anímica do indivíduo, o outro conta, com total regularidade, como modelo, como objeto, como auxiliar e como inimigo, e por isso, desde o começo a psicologia individual é simultaneamente psicologia social neste sentido mais lato, porém inteiramente legítimo. A relação do indivíduo com seus pais e irmãos, com seu objeto de amor, com seu mestre e com seu médico, vale dizer, todos os vínculos que tem sido até agora objeto de investigação da psicanálise, tem direito a exigir que os considere como fenômenos sociais (FREUD 1921/1976, p.67).

Nessa perspectiva, a cultura é um dispositivo de mudança e a produção psíquica é efeito do enlace do sujeito com o outro que está imerso nessa cultura.

O sujeito da psicanálise

A história do sujeito da psicanálise tem como foco a sexualidade, que está igualmente em um tempo. Quando a psicanálise se instala, a sexualidade se inscrevia no âmbito da moralidade, uma vez que a moral sexual *cultural* e a *nervosidade* moderna ditavam a sufocação da vida sexual (FREUD, 1908/1976). A meta sexual era a procriação, sendo entendida em sua dimensão da genitalidade, sendo abafadas as pulsões que visassem à meta de satisfação. A reprodução legitimava a sexualidade. Salientamos a importância da transgressão neste sentido, como rompimento necessário e estruturante. Com Freud e sua escuta das mulheres e da sexualidade infantil, outras formas de prazer sexual se apresentam e os sintomas histéricos se oferecem como manifestações do sexual infantil. Transforma-se a compreensão da etiologia das patologias psíquicas: da degeneração perversa aparece o desejo. A pulsão sexual é engendrada na sedução e o psiquismo é fruto dos destinos das pulsões.

Se o desejo faz seu aparecimento sob a forma de sintomas simbólicos no corpo, os interditos constituem-se como forma de conter o desejo e dar novos destinos ao pulsional. Em “Totem e Tabu” (FREUD, 1913/1976), o tabu é colocado como um conceito de *reserva*, o que não estava acessível a todos. Assim, os interditos frente à sexualidade são proibições fundamentais: não matar o pai e proibir o comércio sexual com as mulheres do mesmo clã. A advertência moral que se instala no psiquismo de ser como o pai juntamente com o imperativo ou tabu que compreende a proibição ao afirmar não ser lícito ser como o pai, isto é, não poder fazer tudo o que ele faz (FREUD, 1923/1976). A sexualidade, para se constituir e para dar destino ao pulsional, está atrelada à obediência da lei que impõe uma renúncia aos desejos incestuosos e homicidas, que coincidem com os crimes de Édipo, núcleo das psiconeuroses e de suas manifestações sintomáticas.

A lei implantada a partir da exterioridade do assassinato paterno em “Totem e Tabu” (FREUD, 1913/1976), organizou os indivíduos e balizou a sexualidade entre os irmãos, instaurando a moralidade e a culpa frente ao crime cometido. Os tabus foram proibições impostas em seu tempo desde o exterior, a uma geração de homens primitivos. Uma geração anterior os inculcou nos homens da posterioridade com violência, passando a ser simbólica nas gerações seguintes, tendo se organizado como herança psíquica.

A lei instaurada internamente torna-se simbólica e indica o êxito do recalçamento e da organização superegógica. O homem passa a reconhecer o limite de seus próprios atos e de sua finitude. A psicanálise passa então a conhecer e desarmar as tramas de Édipo, nesta luta do amor e do ódio.

As teorias da modernidade centralizaram-se em um sujeito racional, autônomo e autoritário, enquanto a psicanálise aparece como uma reação, buscando revalorizar o sujeito em relação a um outro – semelhante e diferente – produzindo seu processo histórico a partir da necessária alteridade. Kumar (1997) define o sujeito, em a política da diferença², como um ser descentrado da alteridade e da diferença. Verificamos em nosso tempo dito pós-moderno que o sujeito tornou-se consumista, indiferente ao outro, egoísta, narcisista. Os valores assumidos na atualidade passam a ser: trabalhar, ganhar dinheiro e consumir, o que ocupa o tempo e os processos de subjetivação. Busca-se adquirir visibilidade e prazeres desmedidos. Os meios para se tornar visível justificam o fim, que é alcançar “poder de compra”, obter de qualquer modo o objeto de gozo, mesmo que implique violência. Dessa forma, postula-se o paradigma da crueldade.

O homem atormentado, descrito por Freud, frente aos caminhos da sexualidade e do amor, encontra nova configuração. Revela-se um sujeito subvertido, no qual o narcisismo e a crueldade se impõem.

O descentramento esperado do narcisismo das pequenas diferenças, proposto pela psicanálise (FREUD, 1930/1976) dá lugar ao autocentramento da

subjetividade da cultura do narcisismo que Birman (1999) assinala como o *excesso de exterioridade*. O sujeito dito “fora – de – si” legitima e valoriza as formas perversas de gozar que realizam o projeto da subjetividade. O encontro estabelecido com o outro valida formas perversas do gozo, impedindo, portanto, a fixação dos limites da própria ação subjetiva. É a política do “tudo pode” que ao invés de barrar, acaba favorecendo ou incentivando o espetáculo. Lugar que passiviza e exclui o outro daquilo que entendemos como relação ou experiência. Lugar da crueldade que conjuga o prazer em destruir o diferente em sua resistência subjetiva, intimidade, privacidade, bem como o destitui do que é da ordem de sua subjetividade. Nesse sentido, a crueldade é insensível à diferença que a subjetividade impõe e tem como finalidade a aquisição do objeto de gozo. O sujeito ao não evidenciar constrangimento frente à moralidade e à culpa não se vê submetido à lei. Apresenta como destino pulsional a crueldade não aceitando a diferença representada pela alteridade.

Amplia-se a compreensão da perversão para além de um modo de exercício da genitalidade ou de violação da zona da cena sexual para a sua compreensão instaurada no encontro com o outro (BLEICHMAR, 2001) que se dá como crueldade. A cena sexual é aberta para a intersubjetividade, assujeitando o outro.

Verificamos, dessa forma, que o que se instala não é o “mal-estar” descrito por Freud diante da renúncia pulsional, mas a passividade e a indiferença diante da crueldade geradora do assujeitamento, que exclui o sujeito da relação. Uma instância ou teoria, o Estado ou as seitas religiosas, se ocupará do sujeito assujeitado, tomando o lugar da alteridade, o que não se efetiva na relação. Essa é a acepção que possibilita tomar o *pathos* como o assujeitamento.

Este recorrido indica um ponto a ser discutido que é o da lei. A instauração da lei, o cumprimento desta e sua contrapartida, a transgressão,

sendo proposta como desejável enquanto ruptura, ou indesejável enquanto fruto do narcisismo e da crueldade.

A lei, o enfraquecimento da lei e o assujeitamento

Derrida (2007) aborda este tema, em “Força da Lei”, quando discute o termo “aplicar a lei” como aquele que perde a alusão direta de uma força que vem do interior. O autor afirma que o direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica. Postula, dessa forma, que não há direito sem força, sendo a aplicabilidade da lei a força implicada no conceito de justiça enquanto direito, da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito.

Podemos nos perguntar se a força que implica a aplicação é justa, legítima ou se é violenta. A violência originária é poder legítimo de uma autoridade justificada. A lei que introduz o homem na cultura deve ser posta pelas figuras parentais de forma que a violência de sua aplicação não seja do narcisismo e sim da alteridade, o que implica na renúncia.

Derrida é concordante com Freud quando utiliza *gewalt* no sentido de violência, força e não de poder. Assim, a violência precede a lei até que uma força diferencial se imponha. Podemos dizer que é a força imposta por outro que introduz a lei (KUNZLER & CONTE, 2005). Força perlocutória da palavra, que tem a eficácia e a legitimidade de quem fala, sendo considerado o pai, na psicanálise, a pessoa que instaura a lei enquanto sujeito da diferença. Assim, a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito e fazer a lei, consiste num golpe de força, numa violência performativa e interpretativa.

A criação da psicanálise tem, assim, no seu gesto fundador, uma transgressão: a quebra de um modelo vigente, uma abertura da moralidade de um pai narcisista ao pai igualmente sujeito à lei. É importante o questionamento acerca de se ao longo do tempo a proposta da psicanálise acarretou uma leitura

equivocada do seu texto, preconizando uma suposta queda do poder do pai, como se indicasse ser o pai desnecessário, marcando assim o enfraquecimento da Lei. Assim, muitas vezes, a Lei da castração acaba sendo mal formulada, porquanto efetivada à luz do desejo narcísico (HAUSEN, 2005).

Enfatiza-se nesse momento o caráter ambíguo dessa moral. Propor a ausência da Lei é uma obediência irrestrita e mal entendida, porquanto deriva para o repúdio à autoridade, o desrespeito para com as diferenças, uma tentativa de homogeneização. Da prática subversiva, que rompe paradigmas quando da sua criação, defrontamo-nos com formas de subjetivação que desconhecem o limite e o conceito de castração postulado como a saída do narcisismo e o ingresso em um tempo de reconhecimento do outro. Quando a castração é efetivada pelo sujeito, sendo o Semelhante reconhecido na sua diferença, há a inserção de uma nova prática social, aquela que se propõe subverter a lei do autoritarismo que gera sintoma (HAUSEN, 2003).

A lei imposta inicialmente com violência é organizadora quando representa a alteridade, o cuidado. Quando permanece como exterioridade é poder, outra categoria de violência, pois é narcisista. O modelo da instauração da lei é o da sociedade patriarcal, descrito anteriormente. A saída do Édipo, em um primeiro momento feita por identificação maciça, só é viável se o objeto dessa identificação for um sujeito castrado, o que permite o afrouxamento dos laços com a família original, consentindo a exogamia. Contemporaneamente à subjugação e ao recalque, “consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas que é o abandono do investimento amoroso nas figuras parentais da infância” (FREUD, 1905/1976, p.234). A ausência da proibição, em contraposição, direciona ao investimento narcísico, à necessidade de descarga, ao uso violento do corpo. Não há palavra, não há metáfora. Onde a sexualidade era proibida de ser exercida, é apresentada uma liberdade sem reservas. A possibilidade de subverter um modelo de subjetivação

da sexualidade proibida abre espaço para o que se coloca agora: uma proposta que retira a moral do cenário, indicando como norma a ausência da proibição, desconhecendo o “não” da interdição. O limite não se coloca e a tensão se descarrega pela violência da ação.

Em 1930, Freud (1930/1976) aborda novamente, em “O Mal-Estar na Civilização”, o irremediável antagonismo entre a demanda da pulsão que busca satisfazer-se, ligada ao princípio do prazer, e as restrições impostas pela cultura, sustentadas no princípio de realidade. A cultura é uma criação do homem, sendo a expressão do que a vida humana empreende e eleva acima de sua própria condição humana individual. Propõe, entre outras restrições, “a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 1930/1976, p.105) como origem para o sofrimento psíquico. Transgredir essas normas torna-se, então, desejável. Indesejável é a transgressão enquanto fruto do narcisismo e da crueldade, já que despreza o genuíno sentido da castração, do coibir, transformando-se no espetáculo, na *performance* ilimitada.

Vige, hoje, uma sociedade em que a exterioridade se apresenta mais que a interioridade. A liberação sexual, quando efetivada pelo pressuposto da desautorização, do desrespeito, pelo não reconhecimento da alteridade, leva a que o afeto ceda espaço para a tomada do corpo do outro como objeto de gozo tão somente.

Na cultura do narcisismo, a pessoa vale pelo que busca possuir, mesmo que seja pela violência, pelo ato. Ato que busca alcançar o pressuposto do “tudo pode” e que se opõe ao sentido de ruptura referente à moralidade proposta pela psicanálise, quando da sua criação. Passa-se, assim, do nada poder ao tudo poder. O recalçamento secundário, herdeiro da renúncia do “não poder” edípico tende a ser substituído pelos mecanismos primários (estruturantes e defensivos)

da transformação no contrario e retorno sobre si mesmo: amor em crueldade e atividade em passividade masoquista (CONTE, 2002).

Ao ser explicitada a excessiva abdicação do pulsional, origem proposta por Freud para pensar o mal-estar na cultura, subvertem-se usos e costumes no trato da sexualidade, oferecendo outra normatização, afirmando-se, então, o que deveria, poderia e seria aceito como da interdição da castração. Tudo que fora proibido passa a ser demandado. Novas condições implicam em novos modos de subjetivação: a ausência da palavra, a descarga no ato, o não à castração. Obediência equivocada ao pressuposto freudiano que subverteu a ordem da restrição, da moral repressora e que coloca o sujeito em uma posição de assujeitamento que envolve a passividade, o gozo dos corpos, a crueldade da dor infringida.

Retomemos a perspectiva de que o exercício da lei implica a força como diferença. Diferença que introduz a alteridade. A autoridade conferida pela lei coloca o sujeito em um lugar singular, pois cabe a ele “carregar” a lei, cumpri-la e aplicá-la. Mas não o coloca no lugar de único, no sentido narcisista, uma vez que a presença do outro impõe uma troca, uma retribuição obrigatória ao ato de dar e receber (MAUSS, 2003). A retribuição obrigatória é a aceitação da própria lei e seu exercício é a ética que se impõe entre os sujeitos.

A saída do modelo patriarcal é o necessário reconhecimento do direito do outro à lei. A questão é como discriminar o código enviesado pela crueldade, pelo narcisismo do sujeito que o porta, da lei organizadora, marcada pela alteridade. A lei legitimada pelo reconhecido do outro não propicia a crueldade, pois implica em uma renúncia altruísta endereçada à sexualidade. Renúncia de um desejo incestuoso e homicida, uma vez que sua violação implica em uma expiação ou penitência. Renúncia que se não obedecida tem como castigo um estado patológico. Nesta perspectiva, *pathos* implica o patológico. A configuração narcisista do sujeito pós-moderno (tal como o patriarcal contra o

qual a Psicanálise se insurgiu) aloca o sujeito sem a autoridade como força da diferença, não participante do contrato que o submete ao sistema da lei totêmico.

Lembremos das palavras de Derrida (2001):

o estrangeiro fala mal do mal, ele não mais acredita no soberano, nem no soberano bem, nem no soberano mal. Ele apenas sofre com isso, mas ele espera, sempre, saibam vocês, o que fazer. Sem crueldade, com a humilde gratidão para quem a ele terá prestado atenção – e sem álibi. Fala-se raramente de álibi, aliás, sem nenhuma presunção de crime. Nem de crime sem suspeita de crueldade (DERRIDA, 2001, p.90).

Entendemos, pois, a dupla acepção de *pathos* como a violência que assujeita o homem pós-moderno e como patologia que acomete o sujeito impotente frente a um mal-estar que não é nem reconhecido por ele como sofrimento e frente ao qual seu psiquismo não produz um sintoma, como fruto de um conflito. Tudo que resta é descarga e a tentativa, através da compulsão de repetir, de implantar a condição de um sujeito atravessado por um código a ser decifrado por outro.

Quando representação e passado se afastam da centralidade em nossa escuta, é preciso que o outro se presentifique não como um objeto da transferência, no sentido da atualização e rememoração, mas em outra proposta transferencial de significação que coloque o sujeito no lugar de quem fala. Deixa de estar assujeitado e torna-se atravessado pelo simbólico da lei.

Referências

BIRMAN, J. (1999) *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BLEICHMAR, S. (2001) Por um balanço em direção ao futuro da psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, n.14. São Paulo: Escuta, p.21.

CONTE, B. (2002). *Prazer e Dor, o masoquismo e a sexualidade*. Porto Alegre: Criação Humana.

DERRIDA, J. (2001) *Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta.

DERRIDA, J. (2007) *Força da lei*. São Paulo: Martins Fonte.

FREUD (1976). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

(1896) “Rascunho N”, v.I, p.344.

(1905) “Três Ensaio para a teoria da sexualidade”, v.VII, p.120-250.

(1908) “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”, v.IX, p.185-208.

(1912) “A Dinâmica da Transferência”, v.XII, p.128-143.

(1913) “Totem e tabu”, v.XIII, p.12-191.

(1915) “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte”, v.XIV, p.311-339.

(1921) “Psicologia de grupo e a análise do ego”, v.XVIII, p.89-179.

(1923) “O Ego e o Id”, v.XIX, p.13-79

(1930) “O mal-estar na civilização”, v.XXI, p.75-177.

HAUSEN, D. C. (2003) Violência Psíquica: uma escuta diagnóstica. *Revista do CEP de PA*, ano XII, n.10. Porto Alegre, p.39-46.

HAUSEN, D. C. (2005) “Castração: um conceito revisitado”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

KUMAR, K. (1997) *Da Sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KUNZLER, F & CONTE, B. S. (2005) *Cruzamentos 2: pensando a violência*. São Paulo: Escuta.

MAUSS, M. (2003) *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MEZAN, R. (2002) *Interfaces da Psicanálise*. Porto Alegre: Companhia das Letras.

MOURÃO, J. A. (2004) Tradicionalidade. *Ciclo: “A verdade em processo” - Instituto São Tomás de Aquino*. Disponível em: http://www.triplov.com/ista/encontros/mourao_05.htm. Acesso em: 15 abr 2008.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado como Tema-Livre no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Pathos: Violência e poder. Rio de Janeiro, 4 a 7 de Setembro de 2008 e editado na Revista de Psicanálise Textura. Ano 9. Número 9/2009.

² Definição de Krishan Kumar sobre a idéia de que uma cultura e uma identidade nacional é atacada em nome de culturas “minoritárias” e comunidades específicas.